

Entre grades e manobras: cidadinidade, skate de rua e disputas pelo espaço público no Vale do Anhangabaú¹

Giancarlo Marques Carraro Machado (UNIMONTES - MG)
José Vitor Carignato David (UFSCar)

Palavras-chave: Vale do Anhangabaú, skate de rua, Antropologia Urbana.

Introdução

Desde a década de 2010, a cidade de São Paulo tem sido marcada por reformas urbanas concentradas em áreas centrais, justificadas por discursos de “revitalização” e “modernização”. Entre essas intervenções, a reforma do Vale do Anhangabaú se destaca pela magnitude e pelas controvérsias que a cercaram. Após um longo processo de obras iniciadas em 2019, o espaço foi reinaugurado em 2021 com nova configuração arquitetônica, novos usos e, sobretudo, um novo regime de gestão: a concessão à iniciativa privada, firmada entre a prefeitura e o consórcio Viva o Vale, responsável pela administração pelos dez anos seguintes.

A entrega da gestão de um dos espaços públicos mais emblemáticos da cidade ao setor privado não altera apenas sua paisagem física, mas redefine os sentidos de sua apropriação cotidiana. No contexto da cidade neoliberal, essa transformação redimensiona os limites entre o público e o privado, entre o espontâneo e o programado. No caso do Vale, essa lógica se manifesta em uma intensa agenda de eventos, fechamentos recorrentes, vigilância constante e crescente estetização. Tais mudanças afetam diretamente formas de uso consolidadas há décadas, como o skate de rua, prática não institucionalizada que fez do Vale um território central de sociabilidade, memória e resistência entre skatistas.

É nesse contexto que se insere a presente investigação, orientada por questões sobre os impactos da concessão na vida cotidiana do Vale. A parceria entre poder público e iniciativa privada tem favorecido a diversidade de usos ou operado como instrumento de controle? Como a reforma tem afetado os modos de vida de sujeitos historicamente presentes no local, como os skatistas? Que perfis têm sido legitimados ou marginalizados? E, em última instância, em que medida essas transformações têm efetivado ou restringido o direito à cidade?

¹Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)".

Para explorar essas questões, o artigo analisa as formas de permanência, resistência e negociação mobilizadas por skatistas no Vale do Anhangabaú após sua reinauguração. O foco recai sobre os modos pelos quais esses cidadãos enfrentam as dinâmicas de espetacularização e controle, reafirmando sua presença por meio de práticas que ora tensionam ora ampliam os limites da ordem urbana formalizada.

Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre as contradições da cidadinidade, tal como formulada por Michel Agier (2011), entendida como o fazer-cidade cotidiano que emerge nos interstícios da normatividade urbana. Ao longo do texto, dialogamos com referenciais teóricos fundamentais dos estudos urbanos. Michel de Certeau (2009) contribui com a noção de tática, essencial para pensar os usos desviantes do espaço em contraste com os dispositivos estratégicos de ordenamento. A ideia de cidadania insurgente, de James Holston (2013), permite visibilizar como ações cotidianas produzem direitos na prática. Sharon Zukin (2010), por sua vez, ajuda a compreender a lógica de mercantilização dos centros urbanos por meio da imposição de “paisagens de poder” e da estetização empresarial dos espaços públicos. Dialogamos ainda com autores da Antropologia Urbana brasileira, especialmente no que tange às sociabilidades, centralidades e tensões entre projeto e prática na cidade de São Paulo.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem etnográfica, derivada de trabalhos de campo realizados entre 2020 e 2024. O olhar se dirige à presença e às práticas de skatistas no Vale do Anhangabaú, com ênfase em observações participantes, registros de cenas cotidianas e entrevistas. A maior parte dos interlocutores é composta por homens brancos e pardos, de diferentes regiões da cidade, com idades entre 20 e 45 anos². Além da etnografia, foram analisados materiais como reportagens, legislações, peças publicitárias e publicações de coletivos de skate, especialmente do movimento “Salve o Vale!”. A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa se inspira nos pressupostos da teoria da ação, desenvolvida pela Escola de

² A ausência de mulheres skatistas nos registros etnográficos apresentados neste artigo não decorre de uma escolha metodológica, mas reflete sua não participação nas situações específicas acompanhadas durante os dias de trabalho de campo. Embora mulheres circulem pelo Vale do Anhangabaú e participem da cena do skate de rua, sua presença ocorre em número inferior ao dos homens e com menor recorrência nas práticas observadas. Essa disparidade evidencia, por si só, as persistentes barreiras de gênero, articuladas a marcadores raciais, que limitam o acesso e a permanência de determinados grupos em espaços urbanos hegemonicamente masculinizados, como é o caso do skate no Vale. Cientes da relevância dessas dimensões, informamos que está em andamento uma pesquisa de doutorado desenvolvida por Fábio Luiz Pimentel, sob orientação do professor Giancarlo Machado (um dos autores deste artigo), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes), dedicada à investigação das relações étnico-raciais e de gênero no universo do skate paulistano.

Manchester (Feldman-Bianco, 2010), que valoriza a atenção a situações e eventos para compreender conflitos, negociações e disputas no cotidiano urbano.

Ao longo da análise, buscamos realçar como o Vale do Anhangabaú se apresenta como território em disputa, onde projetos de normatização e apropriações insurgentes se entrelaçam de forma tensa. O skate, como prática urbana que desafia a previsibilidade dos usos programados, se torna expressão viva dessas ambiguidades. Os skatistas tanto resistem quanto negociam, criando novas possibilidades de existência e convivência na cidade. Com isso, o artigo contribui para o campo da Antropologia Urbana ao oferecer uma leitura crítica das transformações recentes no centro de São Paulo, ampliando os estudos sobre centralidades urbanas e os conflitos em torno do uso do espaço público.

Skate e cidadinidade no Vale do Anhangabaú

Dentre os sujeitos que enfrentam as transformações e fazem do Vale um território pulsante, os skatistas se destacam de forma expressiva. Não apenas marcam presença, mas constroem, a partir do movimento de seus corpos e de suas dinâmicas relacionais, formas singulares de resistência. Seu uso intenso e criativo do espaço muitas vezes entra em confronto direto com os dispositivos de controle impostos pela gestão privada, expondo os limites de um modelo que busca homogeneizar e disciplinar o uso do espaço público. Nesse embate, emergem sociabilidades, improvisações, negociações e transgressões que exprimem uma potência coletiva articulada pela técnica, pela memória e pela política do dia a dia.

Essas situações, no entanto, não ocorrem de maneira uniforme em todo o espaço. Desde os primeiros registros etnográficos, torna-se evidente que o Vale opera como um território fragmentado e multifacetado, no qual diferentes formas de apropriação coexistem em escalas e intensidades variadas. Uma distinção recorrente entre os interlocutores ajuda a compreender essa complexidade: a separação entre o “Vale”, em sua totalidade, e o Memorial do Skate. No memorial, prevalece a *correria*, termo usado pelos skatistas para descrever sessões voltadas à produção de conteúdo técnico e midiático, geralmente protagonizadas por praticantes experientes em colaboração com videomakers; mas também a *vivência*, isto é, o skate como pretexto para encontro e experimentação cotidiana. Essa diferenciação, já observada por Machado (2022a) em outra publicação, se reinscreve de maneira renovada no novo arranjo urbano e sob a vigilância da gestão privada.

O memorial, no contexto pós-reforma, tornou-se um espaço onde não há placas nem barreiras visíveis que regulam a permanência, mas onde normas tácitas são reconhecidas e respeitadas pelos seus frequentadores. Trata-se de um território simbólico, marcado por fronteiras sutis, mas fortemente percebidas, que definem quem pertence e quem não pertence. A divisão entre “nós” – os skatistas locais, experientes, respeitados – e “outros” – novatos, praticantes de patins, bicicletas, dança de rua ou demais cidadãos – revela um sistema informal de reconhecimento, consolidando o memorial como um local de legitimidade e prestígio dentro da cena skatista paulistana.

No entanto, é no restante do Vale, com seu chão liso e com os obstáculos urbanos improvisados pela criatividade dos usuários, que a diversidade do skate se manifesta em sua plenitude. Ali, a prática se expande para além do circuito especializado, acolhendo iniciantes, crianças, adolescentes, transeuntes e usuários que se locomovem de skate, compondo uma cena mais fluida, heterogênea e cotidiana. O memorial concentra a técnica, a sociabilidade e a performance, ao passo que o restante do Vale, a experimentação e a fruição.

A reconfiguração material do espaço introduz, nesse processo, dinâmicas relacionais permeadas por artimanhas frente à presença onipresente das grades móveis. Elas funcionam como operadores de uma política do espaço que busca evitar o imprevisto e modular o cotidiano. Ainda assim, é justamente nas brechas criadas por esse controle que os skatistas embaralham as estratégias de delimitação espacial.

Neste sentido, observamos em uma incursão etnográfica um skatista trabalhando de instrutor de skate num espaço delimitado por grades e com obstáculos móveis, parte da programação oficial do consórcio privado. Mais tarde vimos o mesmo skatista andar por obstáculos do Vale não planejados para o skate. Isso evidencia que, ao contrário de uma rendição à normatividade urbana, o envolvimento de certos skatistas com a pista móvel de skate, iniciativa que integra a programação oficial, parece ilustrar uma tática consciente de articulação com o poder. Skatistas mobilizam o aparato formal, como as oficinas promovidas pela gestão privada, os espaços cercados e programados, como forma de acesso, mas sem abdicar das práticas, dos valores e dos códigos do skate de rua. Trata-se de uma apropriação ardilosa da domesticação: uma movimentação que instrumentaliza as ofertas do poder institucional, sem assimilar completamente suas exigências.

Essa ambiguidade entre negociação e autonomia não é isolada. Ela expressa uma lógica recorrente da cidadinidade. Historicamente, grupos urbanos transitam com astúcia

entre os limites da institucionalidade, ora engajando-se em políticas públicas, ora delas se afastando, sem renunciar a sua potência simbólica e política³. No caso do skate, essa dinâmica é especialmente visível na fluidez com que seus praticantes circulam entre espaços controlados e livres. Com efeito, não se trata de escolher entre resistência ou cooptação, mas de reinventar os modos de presença e uso. Como propõe Michel Agier (2015), é nesse movimento cotidiano e relacional que se dá o fazer-cidade: uma prática urbana que emerge das margens e desafia os modelos normativos impostos pelo centro.

Ainda assim, essa capacidade de adaptação e negociação não neutraliza os conflitos iminentes. Ao contrário, ela se dá em um cenário marcado por vigilância seletiva e controle desigual. A atuação constante da Guarda Civil Metropolitana e de seguranças privados, sobretudo nas imediações do memorial, escancara o viés discriminatório da gestão do espaço. As abordagens frequentes dirigidas a jovens negros e pessoas em situação de rua que permanecem em determinados pontos do Vale, inclusive no Memorial do Skate, evidenciam como o controle social ali exercido opera de forma racializada e hierarquizada⁴.

Em contrapartida, nota-se uma tolerância seletiva por parte da gestão privada em relação aos skatistas, sobretudo àqueles mais reconhecidos, em sua maioria homens brancos, oriundos de classes médias. A presença destes não apenas é tolerada, como por vezes valorizada, já que contribui para conferir ao Novo Anhangabaú uma imagem de vitalidade urbana, autenticidade cultural e atratividade simbólica, com potencial inclusive de retorno mercadológico⁵.

A exibição do documentário “Valeros” (2020) no evento oficial Cine Anhangá talvez sintetize de forma emblemática as contradições que atravessam o novo Vale do Anhangabaú⁶. A produção, que apresenta uma crítica contundente à destruição do antigo

³ Dentre outras práticas cidadinas paulistanas permeadas por resistências e cooptações às institucionalidades, destacamos pichação (Pereira 2018); produção audiovisual (Aderaldo 2017); ciclismo (Moraes 2021) e graffiti (Leal 2023).

⁴ Os efeitos das disputas espaciais sobre outras populações vulneráveis, especialmente pessoas em situação de rua que compartilham o território do Vale do Anhangabaú com os skatistas, são objeto de outra investigação etnográfica de autoria de Giancarlo Machado, atualmente em fase de avaliação para publicação. Esse estudo busca aprofundar as tensões entre políticas de controle, experiências de exclusão e iniciativas de acolhimento voltadas a esses sujeitos nas áreas centrais da cidade de São Paulo.

⁵ O reconhecimento do Vale do Anhangabaú como referência simbólica e técnica no universo do skate tem atraído a atenção de grandes corporações do setor, que passaram a utilizar o local como vitrine para eventos de grande visibilidade. Entre esses, destaca-se o SLS In Your City, ação vinculada à etapa final da principal liga mundial de skate de rua, a Street League Skateboarding (SLS). A realização do evento levou ao Memorial do Skate figuras de projeção internacional, como a medalhista olímpica Rayssa Leal, que participou de demonstrações abertas ao público. Tais ações contribuem para a crescente espetacularização do espaço, tensionando ainda mais a coexistência entre apropriações cotidianas e lógicas de mercado.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FQ8sszseOC8>.

Vale e à condução do processo de requalificação, foi paradoxalmente exibida dentro de uma estrutura montada pela própria concessionária responsável pela atual gestão do espaço. No interior do cercado, o público era submetido a um regime comportamental, com regras que disciplinavam a permanência e os modos de estar.

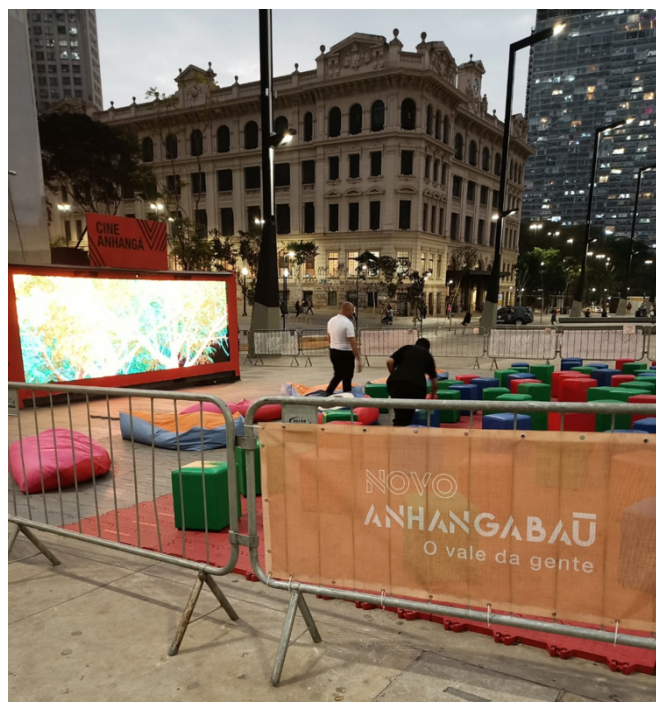


Figura 1 - Cine Anhangá.
Fonte: José Vitor Carignato David (2022).

Do lado de fora, porém, nomes históricos do skate nacional, como Marcelo Formiga e Gian Naccarato, permaneceram à margem, recusando-se a entrar. Trata-se de um gesto que, ainda que silencioso, reverberava como forma de dissenso simbólico. A divisão espacial entre o “dentro” regrado e o “fora” insurgente, entre a ordem institucional e a vivência cotidiana, evidencia a profundidade dos tensionamentos que atravessam o espaço e revela como a disputa por sentidos no Vale continua em curso, mesmo diante das tentativas de sua normatização.

Relato de campo, 19 de julho de 2022

Durante o Cine Anhangá, evento promovido pela concessionária responsável pelo novo Vale, a ocupação do espaço revelava uma divisão clara entre dois grupos de skatistas: aqueles que aceitaram adentrar o espaço delimitado por grades, e aqueles que

permaneceram do lado de fora. Dentro do cercado, a ambiência era controlada. Dois seguranças circulavam ativamente para garantir que normas fossem respeitadas. Foi possível identificar ao menos duas regras centrais: era proibido permanecer em pé e também fumar. [...] Do lado de fora, a liberdade de comportamento era notável, com consumo de cigarros, baseados e circulação espontânea. Suspeitamos que essa distinção de conduta não se deva apenas à vigilância, mas também à escolha consciente de não adentrar o espaço institucionalizado. Entre os que ficaram fora estavam nomes importantes do skate nacional, como Daniel Marques e Pedro Iti, além de figuras históricas como Gian Naccarato e Marcelo Formiga. Nenhum desses nomes entrou no evento, gesto que nos pareceu mais que circunstancial — um posicionamento simbólico. A separação física evocava uma cisão mais profunda: uma fronteira entre o “nós” dos skatistas, com sua vivência e valores autônomos, e o “eles” representado pela gestão privada e sua tentativa de controle sobre o espaço público e seus significados.

Já na tarde de 31 de janeiro de 2023, uma tentativa de improvisar um obstáculo com um skate sobre uma tampa de bueiro foi rapidamente desfeita por seguranças privados. Sob seus olhares atentos, os skatistas desmontaram o improvisado e passaram a circular. A cena, embora simples, ilustra o conflito entre a criatividade urbana e a lógica de ordenamento da gestão privada. No skate de rua, o mobiliário urbano é ressignificado constantemente: tampas, bordas, escadas viram *picos*, ou seja, elementos essenciais à prática. Justamente por isso, são também alvos de repressão frequente.

Esse tipo de transgressão contida é recorrente. Moisés da Silva, skatista e fotógrafo do coletivo Flanantes, relembra com entusiasmo a celebração dos dois anos de inauguração do Memorial do Skate. Para ele, apesar das restrições, o Novo Anhangabaú atraiu um público mais amplo, formado por skatistas e não skatistas. A presença massiva tornou impossível o controle total. Tentativas de impedir o uso das bordas de concreto acabaram sendo abandonadas. A insistência no uso, somada ao volume de frequentadores, configurou uma forma de resistência silenciosa, eficaz por saturação.

Moisés também narra disputas pontuais, como a tentativa de proibir o skate sob o Viaduto do Chá em dias de chuva. Após diálogo, os skatistas conseguiram permanecer. Essas pequenas conquistas demonstram o valor político da ocupação constante: uma resistência que opera por meio da repetição, da negociação e da articulação discursiva, mais do que pelo confronto direto.

Por outro lado, estratégias de exclusão continuam a operar, especialmente fora dos limites simbólicos do memorial. Em 8 de março de 2023, a substituição de um banco contínuo por bancos separados revelou um tipo de intervenção que vai além do design: trata-se de uma forma de paisagismo hostil. Murilo Romão observa: “Eles colocam umas plantas nos lugares que a galera andava. Dá pra ver que é de propósito”. Essas alterações desestimulam usos não previstos, afetando principalmente os corpos

considerados indesejáveis. São exemplos do que Low e Smith (2006) chamam de arquitetura defensiva: mudanças urbanas que mascaram intenções de exclusão sob discursos de revitalização ou requalificação.

Ainda assim, o Vale do Anhangabaú não se resume à ordem imposta. Em suas bordas, especialmente no lado oposto ao memorial, persistem brechas de espontaneidade. Crianças improvisam partidas de futebol com skates como traves; iniciantes testam seus patins; malabaristas ensaiam movimentos. Mesmo com a presença constante das grades, a cidade vivida resiste. Essas fissuras revelam as contradições da cidadindade contemporânea: entre o planejado e o improvisado, entre o controle e a criação, entre o apagamento e a reinvenção cotidiana do espaço.

Considerações finais

Longe de se opor frontalmente à institucionalidade, os skatistas transitam por seus interstícios. Como mostra James Holston (2013), essa forma de engajamento, como a do skate de rua, reverbera como práticas de resistência cotidiana podem produzir direitos na prática e desestabilizar as hierarquias do planejamento formal. A construção do Memorial do Skate é, nesse sentido, mais do que uma conquista simbólica: é a materialização de um território de memória, pertencimento e direito à cidade.

A cidade formatada segundo a lógica neoliberal, como discutem David Harvey (2008), Erminia Maricato (2011), dentre tantos outros autores, opera pela valorização da terra urbana e pela mercantilização do espaço público. A concessão do Vale, neste contexto, reproduz a lógica de cidade-empresa criticada por Carlos Vainer (2013), em que consensos fabricados legitimam a transferência de bens coletivos ao setor privado sob o pretexto da eficiência. Ainda assim, o campo empírico mostrou que esses projetos não se realizam sem fricções: a cidade desejada pelo mercado encontra resistência nas formas de vida que persistem em habitá-la de modo outro.

As estratégias de controle, desde os grandes eventos privatizados, a proliferação de grades e tapumes, até os mobiliários de arquitetura hostil, buscam domesticar os usos e perfis de frequentadores, reforçando, pois, processos de segregação e exclusão simbólica no espaço urbano. No entanto, como enfatiza Michel de Certeau (2009), os sujeitos urbanos reagem a essas estratégias com táticas cotidianas que subvertem, adaptam e embaralham os dispositivos de controle, abrindo brechas de relativa autonomia.

Por fim, a disputa em torno do Vale do Anhangabaú é também uma disputa de narrativas em que a memória, os nomes e os sentidos atribuídos aos espaços não são neutros, mas expressam relações de poder. O embate entre os termos “pista de skate” e “memorial” sintetiza essa tensão entre uma marca institucional e a memória insurgente.

O caso do Vale permite, assim, refletir sobre a cidade como arena de confrontos entre racionalidades urbanas distintas. No entrelaço entre projeto e prática, planejamento e improviso, normatividade e transgressão, o espaço urbano emerge como algo em constante disputa. É nessa brecha que os skatistas de rua se inserem: sujeitos que, mesmo diante dos processos de mercantilização e controle, seguem fazendo cidade (Agier 2015) com seus corpos, gestos e trajetórias. Mais do que um estudo sobre o skate ou sobre uma centralidade paulistana, a experiência etnográfica no Vale do Anhangabaú lança luz sobre o potencial analítico da Antropologia Urbana para apreender os conflitos, mediações, ambiguidades e práticas que moldam o urbano contemporâneo. Ao evidenciar como certos cidadãos constroem pertencimentos, mobilizam memórias e reinventam centralidades a partir do uso cotidiano, o trabalho reafirma a importância de se pensar e fazer cidade não apenas como espaço planejado, mas como processo vivido, multifacetado, instável e permanentemente em disputa.

Referências

ADERALDO, Guilherme. 2017. *Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas 'periferias' de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

AGIER, Michel. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome.

AGIER, Michel. 2015. “Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro”. *Mana*, 21(3): 483-498.

ARANTES, Otília. 2013. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes. p. 11-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2009. “A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea”. *Estudos Avançados*, 23: 313-316.

CERTEAU, Michel de. 2009. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis: Vozes.

DAVID, José Vitor Carignato. 2024. *Salve o Vale: ocupação e resistência dos skatistas de rua no Vale do Anhangabaú frente à reforma de 2019*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2010. “Introdução”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: UNESP. p. 19-56.

- GEHL, Jan. 2013 [2010]. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.
- HANNERZ, Ulf. 2015. *Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia Urbana*. Petrópolis: Vozes.
- HARVEY, David. 2004. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David. 2008. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola.
- HOLSTON, James. 2013. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LEAL, Gabriela. 2023. *Cidade: modos de ler, usar e se apropriar – A São Paulo do graffiti*. São Paulo: Funilaria.
- LEFEBVRE, Henri. 2008 [1968]. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LOW, Setha M.; SMITH, Neil (orgs.). 2006. *The politics of public space*. New York: Routledge.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2014. *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo: Intermeios/FAPESP.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2022a. “Cidades para quais pessoas? Sobre as contradições da reforma do Vale do Anhangabaú”. *Revista Tempo Social*, 34.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2022b. *A cidade do skate: sobre os desafios da cidadindade*. São Paulo: Hucitec/CAPE.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. 2022c. “Esporte, cidadindade e política: disputas em torno dos sentidos da prática do skate de rua em São Paulo – SP”. *Revista Antropolítica (UFF)*, 54.
- MAGNANI, José Guilherme C. 2012. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisas em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome.
- MARICATO, Ermínia. 2011. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- MARICATO, Ermínia. 2013. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes. p. 121-192.
- MELLO, Marina Carvalho Ferreira. 2019. *Potencialidades urbanas do cotidiano da cidade de São Paulo: os casos do Vale do Anhangabaú e do Largo da Batata*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo.
- MORAES, Lucas Lopes. 2021. *“Pedalar é um ato político”: controvérsias em torno das ciclovias paulistanas*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. 2018. *Um rolê pela cidade de riscos: leituras da piXação em São Paulo*. São Carlos: EDUFSCar.
- ROMÃO, Murilo (org.). 2020. *Vale TXT*. São Paulo: Flanantes.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. 1995. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: FAUUSP.
- VAINER, Carlos. 2013. “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes. p. 75-104.
- VAINER, Carlos. 2013. “Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao ‘Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro’”. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes. p. 105-120.

VALEROS. 2020. Direção e roteiro: Murilo Romão e Coletivo Flanantes. Brasil. 79 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FQ8sszseOC8>.

ZUKIN, Sharon. 2010. *Naked city: the death and life of authentic urban places*. New York: Oxford University Press.